

15020 - Educação e Permanência no campo: Os desafios dos Jovens Rurais no Município de Governador Mangabeira, Bahia, Brasil

Education and Permanence in field: The challenges of Rural Youth in the County of Governador Mangabeira, Bahia, Brasil

SENA; Edinaldo de Oliveira Alves¹; OLALDE, Alicia Ruiz²; SILVA, Paulo Silas Oliveira da³

¹Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, senaedoa@gmail.com; ²Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, alicia@ufrb.edu.br; ³Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, paulooliveira_silva@hotmail.com;

Resumo: A Educação do Campo deve estar além das salas de aula nas escolas rurais e urbanas. O Brasil é uma nação predominantemente de base agrária, negar a importância dos processos educativos no campo e sua expansão aos demais espaços pedagógicos é negar a própria vocação natural do país para uma agricultura com preocupação socioambiental. Neste trabalho, objetivamos verificar a relação entre o acesso e adequação da educação dos Jovens Rurais do Município de Governador Mangabeira e sua resultante na expectativa destes em permanecer e se desenvolverem no campo de modo digno. A pesquisa foi desenvolvida com 30 alunos entre 14 e 29 anos, cursando do 1º ao 3º ano do ensino médio, regular e EJA. A coleta de dados se deu através de entrevistas orientadas e questionários estruturados. Verificou-se a baixa expectativa destes jovens em permanecer no campo, que nos aponta à necessidade de implantação de políticas públicas adequadas à educação e permanência da juventude rural no campo, nesta localidade.

Palavras-chave: Juventude Rural; Governador Mangabeira; Educação do Campo;

Abstract: The Field Education must be beyond the classrooms in the rural and urban schools. Brazil is a predominantly agrarian base nation, deny the importance of the educational of the field and its expansion to other pedagogical spaces is deny the country's natural vocation for agriculture with socialenvironmental concern. In this study, we investigate the relationship between access and the appropriateness of education of Young Rural in the Municipality of the Governador Mangabeira and the resulting, about their expectations in remain and develop in the field worthy form. The research was conducted with 30 students between 14 and 29 years, that attending 1st to the 3rd year of high school, regular and EJA. Data collection was through guided interviews and structured questionnaires. There was a low expectation of these young people for remain in the field, which points us to the need to implement appropriate public policies to education and to stay of rural youth in field, in this locality.

Keywords: Rural Youth; Governador Mangabeira; Field Education;

Introdução

A Educação do Campo tem sido tema recorrente em pesquisas e por vezes tratada de modo simplista até mesmo por determinadas ações do poder público, quando da sua limitação ao espaço de aula nas escolas públicas ou privadas no campo. Se por uma vez, pensar a escola para o povo é pensar uma escola de direitos, uma escola que rompa com o paradigma de educação elitista (BARBOSA, 2004); Souza (2012, p.748) aponta que as ações realizadas além das paredes da escola trazem consigo diversas dificuldades e processos relacionados às realidades sociais, políticas, culturais, trabalhistas e econômicas dos habitantes do meio rural. Tal abordagem é função garantidora da sustentabilidade dos modos de vida e permanência, sobretudo da juventude no campo.

De acordo com o que declara a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º46/86, de 14 de Outubro)¹, a Educação é um direito que assiste a todos e que permite “o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos.” Contudo, o que temos observado é que as propostas curriculares das escolas que garantem a educação de jovens rurais estão moderadas em um modelo urbanista de escola e de sociedade, o que não configura a realidade do assistido, pois o universo cultural no meio rural é incontestavelmente diferente ao mundo urbano e necessita de outras compreensões nas suas formas representativas das relações sociais e com o meio ambiente.

Em estudos realizados por Baptista (2003), a autora faz uma análise da atual situação da educação rural no Brasil, especialmente no Nordeste, apontando para alguns temas. Baptista sugere um modelo de escola rural, que considere as particularidades de seus alunos e apresente as seguintes características como: estimular a agricultura e o desenvolvimento da comunidade; provocar e construir conhecimentos novos; o sistema de ensino tem de transpor os muros da escola e se achar com diversos espaços pedagógicos existentes nas roças, nas comunidades, nos sindicatos e associações.

Destacamos aqui que o termo “Educação do Campo” é um conceito que vem sendo construído nos movimentos que lutam pela terra e pelo trabalho. Ribeiro (2010, p.41) expressa como a Educação do Campo vem sendo precarizada ao longo dos anos não diferenciando da realidade que seja diferente das escolas públicas em geral. A legislação produzida durante a história brasileira teve por escopo a homogeneização das escolas do campo e cidade, fomentando o processo de industrialização. Nesse ínterim, tem-se assim uma visão de que a escola do campo deve preparar seus alunos para provarem da vida da cidade, o que pode acontecer com um aluno que conclui o ensino fundamental, posto que poucas ou nenhuma escola do/no campo atende ao ensino médio. Frente à responsabilidade do preparo para o exercício da cidadania, a educação representada pela escola se vê em um impasse, prover cidadania, sem vivenciá-la de fato. Nessa circunstância, o deslocamento dos jovens rurais para a cidade com o objetivo de estudar pode gerar anseios de pertencerem a múltiplos espaços, assim como a possibilidade da construção de representações individuais e realização de projetos pessoais que podem ir de encontro ao compromisso familiar de dar continuidade às atividades agrícolas (CARNEIRO, 1998).

A permanência da Juventude no Campo e com educação voltada para esta, possui relação direta com o desenvolvimento e inovação no meio rural e futuro socioeconômico do país. Se após uma reflexão nos perguntássemos a quem interessa a discussão do tema “Educação do Campo”, perceberíamos que não deveria ser uma demanda exclusiva de quem habita no meio rural. No Brasil, a agricultura familiar é a fonte alimentar principal dos grandes centros urbanos, assim, os modos de cultivo, seus impactos ambientais gerados e a conservação de recursos naturais, o uso de biopesticidas, o manejo adequado dos produtos alimentícios, a contaminação e uma série de outros fatores que afetam diretamente a saúde dos habitantes das cidades e do rural, estão relacionados com o modo correto das práticas do saber. Este saber está além da educação informal, devendo também ser garantido pela educação formal e técnica no âmbito do rural.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido no município de Governador Mangabeira que possui uma área territorial de 106 km² com uma população de 19.818 habitantes (IBGE, 2010). Localiza-se na região Recôncavo da Bahia. E, segundo IBGE, o município conta com 2.446 propriedades rurais, distribuídas em 5.701 hectares, como base na agricultura familiar e áreas menores de cinquenta hectares, abrangendo 93,4% dos estabelecimentos rurais. O município possui uma oferta de bens e serviços que atende a zona rural ou áreas limítrofes nas faixas de divisão entre a cidade e os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu e Muritiba. O trabalho foi realizado entre os meses de Fevereiro a Junho de 2013.

Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza exploratória qualitativa, tendo como método o estudo de caso. Os questionamentos tiveram por objetivo, verificar a relação entre o acesso e qualidade da educação dos jovens rurais e o desejo destes de permanecer e se desenvolverem no campo. O trabalho realizado tentou capturar o universo empírico de jovens rurais através de um primeiro contato com estudantes do Colégio Estadual Professor Edgard Santos (uma das duas únicas instituições públicas responsável pelo ensino médio no município), ambas, tem sede na cidade de Governador Mangabeira. O colégio atende a uma média de 847 alunos do ensino médio em 2013, e funciona regularmente nos três períodos, com ensino regular (matutino/vespertino) e Educação de jovens e Adultos –EJA– (noturno). Participaram da pesquisa 30 alunos entre 14 e 29 anos, cursando do 1º ao 3º ano do ensino médio, nas modalidades, regular e EJA. A metodologia esteve dividida nas seguintes etapas básicas: Revisão bibliográfica; Construção dos instrumentos de pesquisa (roteiro de entrevistas, questionários estruturados); sistematização e análise de dados.

Resultados e discussões

A educação é um fator decisório no horizonte profissional de qualquer jovem. Estudos comprovam que em se tratando da agricultura familiar, ficam no campo os filhos que menos estudaram. Essa prole que permanece no campo, muitas vezes tem formação educacional precária. Segundo Ferrari et. al (2004, pág. 251) “O exercício da atividade agrícola no passado não estava associado à necessidade de estudar”. Uma vez que as perspectivas profissionais desses jovens estavam apoiadas na sua permanência no campo, o conhecimento adquirido por estes no passado, seria o necessário para desenvolver as atividades agrícolas, sendo formalmente estudantes até a 4º série do ensino fundamental.

Krauskopf (2001) aponta que o modo de vida tradicional era a principal forma de propagação do conhecimento de adultos para a juventude, principalmente no âmbito familiar. Contudo, atualmente se observa que os pais consideram o próprio passado inadequado na orientação do futuro dos filhos. Conforme se observa (Tabela 1), no entanto, os jovens do município demonstram desejo em continuarem estudando e alcançar o ensino superior, o que se demonstra como motivo pelo qual os jovens entrevistados desejam mudar-se para a cidade.

Tabela 1. Escolaridade dos pais (em %)

RESPOSTAS	MÃE	PAI	Média
Fundamental incompleto	66,7	60,0	63,3
Fundamental completo	3,3	6,7	5,0
Ensino médio incompleto	6,7	10,0	8,3
Ensino médio completo	13,3	10,0	11,7
Ensino superior	3,3	0,0	1,7
Pós-graduação	0,0	0,0	0,0
Não estudaram	6,7	6,7	6,7
Em curso	0,0	6,7	3,3
Outros	0,0	0,0	0,0
Total	100	100	100

Fonte: pesquisa de campo

Também é possível que os pais não incentivem os jovens à necessidade do estudo. Como comenta uma jovem entrevistada e professora da educação infantil:

“Os alunos que frequentam as escolas, eles são muito carentes, (...) A maioria dos alunos da zona rural frequentam por causa da merenda e não por aprender, eles têm muita dificuldade.” (Jovem 6)

Não obstante, o comum é o incentivo à educação escolar aos seus filhos, embora intrinsecamente não vislumbrem o porquê dos jovens estarem nas escolas, eles apenas seguem um fluxo. Isso pode ser reflexo da escolaridade dos próprios pais, que se observa na tabela 1. Ora afirmando não querer o mesmo futuro a seus filhos, isto devido à má remuneração do setor agrícola, como também à precariedade do trabalho, ora não percebendo o grau de importância da escolarização.

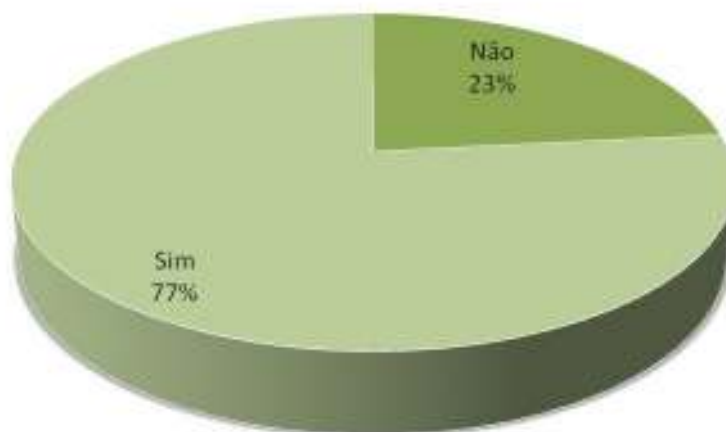


Figura 03 - Influência da família no futuro profissional dos jovens em estudo.

“Meus pais sempre me incentivaram a estudar. Eles diziam que o caminho era a educação. E essa era a única herança que ninguém tiraria de mim.” (Jovem 6)

A educação para as famílias rurais é enxergada como o caminho para uma vida melhor. Verificamos que a própria família incentiva o jovem em continuar na escola, argumentando que, dessa forma, ele poderá ter melhores empregos e deixar de lado a agricultura, haja vista, os responsáveis familiares, sofrem com a exclusão das

políticas públicas e da acessibilidade à modernização agrícola, ficando à margem do desenvolvimento rural.

Conclusões

Observamos a baixa expectativa dos jovens em permanecer no campo, ora pela própria falta de expectativa de desenvolvimento socioeconômico, ora pela perda da valoração pelo ambiente rural, visto e sentido como carente e deficitário de serviços públicos fundamentais. Percebemos que o modelo educativo aplicado não atende às necessidades imediatas e mediatas nas perspectivas dos jovens. Apontamos para a problemática da possibilidade de evasão dessas localidades e as consequências sociais oriundas desse fenômeno. O quadro nos aponta à necessidade de implantação de políticas públicas adequadas à educação e permanência da juventude rural no campo, nesta localidade.

Notas:

¹ Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº46/86, de 14/10/1986)

Referências bibliográficas:

- BAPTISTA, Francisca M. C. **Educação rural**: das experiências à política pública. Brasília: NEAD/Editorial Abaré, 2003. (Série Debates e Ação, 02) BRASIL.
- BARBOSA, Márcia Silvana Siveira. **O Papel da escola**: Obstáculos e desafios para uma educação Transformadora. 243f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação – FAGED) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004.
- CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural**: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-261.
- FERRARI, Dilvan Luiz et al. **Dilemas e estratégias dos jovens rurais**: ficar ou partir? Estudos Sociedade e Agricultura, outubro 2004, vol. 12 no. 2, p. 237-271.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 17 de abril de 2013.
- KRAUSKOPF, D. **Los nuevos desafíos de la educación em el desarrollo juvenil**. In: Solum, D. (comp.) Adolescencia y juventud em América Latina. Costa Rica: Lur Edic., 2001.
- RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CARVALHO, Daniela Moreira; SANTOS, Alyson Brayner; SOUZA JÚNIOR, Jalmir Pinheiro; FERRER, Moises Tenorio. **Perspectivas dos jovens rurais**: campo versus cidade. In: Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. SOBER 47º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.
- SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais**. Educ. Soc. [online]. 2012, vol.33, n.120, pp. 745-763. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/06.pdf>. Acesso em: 24/07/2013.